



Processo Administrativo nº 10.393/2017

Pregão Presencial nº 36/2017

Órgão solicitante: Comissão Pregão/Secretaria Municipal de Administração  
(Portaria 3.751/2017)

Sra. Pregoeira

Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria (fls. 845) vem esta Procuradoria opinar sobre o recurso (empresa Freitas e Moraes Construtora Ltda-EPP – PA 12.943/2017 – fls. 694/802) e contrarrecurso (Ecológica Serviços e Empreendimentos Ltda – PA 13.317/2017 – fls. 804/834) referentes ao Pregão Presencial nº 36/2017 (cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia elétrica, para construção de extensão, ampliação e modificação de redes de iluminação pública e distribuição de energia elétrica e rural) na forma abaixo.

### **Relatório.**

No dia 11 desse mês de agosto do corrente realizou-se a sessão de abertura de envelopes de propostas e habilitação do Pregão Presencial nº 36/2017 conforme ata de fls. 599/602.

E, posteriormente, no dia 16 de agosto do corrente houve a abertura do envelope de habilitação (fls. 691/692) na qual consta expressamente que: “[...]A Pregoeira passa a abertura do envelope nº 02 – Documentação, da licitante de menor lance. O engenheiro elétrico Arceu Santos Cordeiro de Campos realizou a análise da qualificação técnica conforme exigência do item 8.2.2 alínea “m” e os índices contábeis conforme exigência do item 8.2.2 alínea “n” do edital foi analisado pela Sra. Darlene Fátima Gonçalves – Assessora Perita Técnica Contábil. Verificada a documentação da licitante **ECOLOGICA SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA** a Pregoeira declara a mesma habilitada conforme a lei e o edital. O



representante da empresa **FREITAS & MORAIS CONSTRUTORA LTDA** manifesta interesse em interpor recurso contra a decisão da Pregoeira de habilitar a empresa **ECOLOGICA SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA** e questiona que a empresa habilitada não atendeu ao item 8.2.2 alínea “m” do edital (Comprovação de capacidade técnico-profissional de que o responsável técnico tenha participado, nesta qualidade, como responsável técnico, para execução de obra compatível em quantidades e prazos com o objeto licitado) e não atendendo ao art. 30 inc. II da lei 8.666/93. O representante da empresa **FREITAS & MORAIS CONSTRUTORA LTDA** solicita também diligência do atestado de capacidade técnica emitido pelo Município de Patos de Minas. O Sr. Arceu – Engenheiro Eletricista do Município de Patos de Minas informa que não considerou o atestado de capacidade técnica questionado na sua análise, uma vez que o atestado apresentado não esta registrado no órgão competente. O representante da empresa **FREITAS & MORAIS CONSTRUTORA LTDA** solicita cópia da proposta e documentação da **ECOLOGICA SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA**.”

Inconformada com a habilitação da empresa classificada em primeiro lugar, a empresa Freitas e Moraes Construtora Ltda-EPP apresentou, tempestivamente, recurso no qual, alega: “[...]A empresa **ECOLÓGICA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA**. não atendeu ao item 7.1.1 do Edital, por não apresentar proposta comercial nos moldes requeridos.[...]Mais uma vez, a empresa **ECOLÓGICA** não atendeu a um item do Edital, pois não apresentou **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** em conformidade com o acima descrito.[...]Nítido mais uma vez o desatendimento ao Edital pela empresa **ECOLÓGICA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA**., a qual não tem acerto (sic)técnico compatível em **QUANTIDADE, PRAZOS E CARACTERÍSTICAS** do objeto exigido e ainda, se contra cumprindo somente com 1% de 30% do total do objeto licitado, o que não pode a Recorrente coadunar.[...]DAS **LUMINÁRIAS SEM LASTRO DO INMETRO** De tudo o exposto, entende a Recorrente que esta D. Comissão não deve coadunar com a habilitação da empresa **ECOLÓGICA**, e ainda, vem, de modo preventivo, demonstrar outro fato que deve ser relevante para o cumprimento do contrato por tal empresa, suas luminárias apresentadas não possuem **CERTIFICAÇÃO DO INMETRO!**[...]DA **IMPERIOSA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA** O Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela **ECOLÓGICA**[...], o qual fora emitido pela própria Recorrida[...]**NÃO TEM CAT**[...]”

Em contrarrazões a empresa licitante classificada em primeiro lugar na etapa de lances, Ecológica Serviços e Empreendimentos Ltda, apresentou,

Jadir Souto Pereira  
OAB/GO 89203  
Procurador Geral  
Patos de Minas - MG



tempestivamente, suas alegações solicitando, logicamente, a manutenção da sua habilitação alegando: “[...]Diz a recorrente que a ECOLÓGICA descumpriu o item 7.1.1 do edital, pois a planilha de sua proposta menciona, nos itens [...] iluminação de LED 190W, sendo que o edital foi retificado para exigir a iluminação de LED 18.900lm. Aduz que as especificações são distintas e, por isso, a proposta da ECOLÓGICA deve ser desclassificada. Menciona ainda o fato de outras propostas terem sido desclassificadas por, no seu entendimento, motivos “menos importantes” que o da ECOLÓGICA.[...]Entretanto, por um erro meramente formal, a Ecológica deixou de fazer a alteração de LED 190W para LED 18.900LM. Sendo assim, tal qual disposto na retificação acima transcrita, na proposta da ECOLÓGICA também deve ser entendido que “onde se lê LED 190W, leia-se LED 18.900lm[...]

A prova de que o produto ofertado pela ECOLÓGICA atende ao edital é o próprio preço da luminária, constante de sua planilha de formação de custos, que está de acordo com o preço estabelecido pela Administração Pública.

Trata-se, pois, de erro irrelevante, perfeitamente sanável, que não enseja qualquer nulidade do certame ou mesmo a desclassificação da proposta da recorrida.[...]

Quanto à alegação de que as propostas das empresas Ultra e Transvias foram desclassificadas por “situação menos drásticas” que a da ECOLÓGICA, esta é risível. A recorrente afirma até que se tratava de simples erro material... Data vênua, nota-se que não passa de desconhecimento ou má-fé mesmo.[...]

Ora, com o devido respeito, dizer que os erros quanto à quantidade de URs nas propostas das empresas defendidas pela ora recorrente são simplesmente materiais é um verdadeiro escárnio [...]

No caso em tela, o edital fala em capacidade técnico-profissional, estando sobejamente demonstrado pelos atestados já anexados aos autos que a ECOLÓGICA possui em seu quadro permanente profissional mais que qualificado para a execução dos serviços objeto do contrato.

Em segundo lugar, mesmo que possível fosse a exigência de quantitativos mínimos para a capacitação técnico-profissional, o que já se viu não ser o caso, mesmo assim essa exigência não foi feita pelo instrumento convocatório.

A recorrente tenta com seus frágeis argumentos criar regra inexistente no edital[...]. Ora, se o edital não exigiu determinado percentual, não cabe ao licitante perdedor, por mais irressignado que esteja, impor sua vontade onde o interesse público não o fez.[...]

Ou seja, o serviço que deve ser comprovado pela empresa é o de instalação de luminárias, pouco importando se elas são de LED ou não.[...]

Portanto, o argumento da recorrente não se sustenta, eis que a instalação de luminárias LED não tem a mínima relevância técnica que possa justificar a pretensão da recorrente.[...]

André



*Diz a recorrente que as luminárias apresentadas pela ECOLÓGICA não possuem certificação do INMETRO. Avança em seu confuso raciocínio alegando que esta empresa prestou serviços à Prefeitura Municipal de Patos de Minas, que os processos licitatórios são regidos pelo princípio da legalidade, e que o Ministério Público orienta a observância de normas técnicas da ABNT. [...]*

*II.4. Da realização de diligência[...]*

*De toda maneira, o referido atestado sequer foi considerado pela Administração para habilitar a ECOLÓGICA. Portanto, os argumentos da recorrente são inócuos.”*

*Instado a se manifestar a SEMOP, através do ofício nº 155/2017(fls. 837/844), após percuente análise das alegações das empresas e documentos apresentados, se manifestou nestes termos: “**DA PLANILHA** A empresa FREITAS E MORAIS CONSTRUTORA LTDA EPP alega que a empresa ECOLÓGICA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA descumpriu o item 7.1.1 do edital, alegando que a mesma não retificou o item da planilha que substitui a descrição da luminária que era de 190W para 18900 lúmens, e rendimento maior que 99 lúmens por watt. Cabe ressaltar que esta retificação no edital foi feita para possibilitar a utilização de uma maior quantidade de fabricantes, pois mantendo a descrição como “luminária de 190W”, o município e as empreiteiras ficariam sujeitos a alguns poucos fabricantes.*

*Considerando ainda que a empresa FREITAS E MORAIS CONSTRUTORA LTDA EPP alega não existir luminária em LED de 190W que forneça fluxo luminoso de 18.900 lúmens, porém esta informação está equivocada, conforme catálogos anexos a este documento.[...] **DA COMPOVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL / TÉCNICO OPERACIONAL[...]**No questionamento, a empresa FREITAS E MORAIS CONSTRUTORA LTDA EPP se contradiz ao dizer que a ECOLÓGICA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA não possui os limites mínimos de 50% do total do objeto licitado, limites estes que a empresa diz ser fixado pelo TCU, porém no próprio Artigo citado, diz claramente que “não deve-se estabelecer limites mínimos superiores a 50% do objeto licitado”, em nenhum momento é citado que deve-se exigir um limite mínimo de 50%. Portanto entende-se que o município se julgar necessário pode estabelecer limites mínimos até 50% do objeto licitado. [...] **DA DILIGÊNCIA DO ATESTADO[...]**Mesmo antes da empresa FREITAS E MORAIS CONSTRUTORA LTDA EPP anunciar que o atestado não estava validado, eu, Eng. Eletricista Arceu S. Cordeiro de Campos, desconsidereei o referido atestado pelo mesmo não estar registrado no órgão competente. Mesmo assim através da análise dos outros atestados apresentados pela empresa ECOLÓGICA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, considera-se que todos os itens de maior relevância do objeto da licitação foram atendidos. Portanto não há*

*João Souto Ferreira*  
OAB/MG 89203  
Procurador Geral  
Patos de Minas - MG



*motivo para desclassificar a empresa ECOLÓGICA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA por não apresentar atestado de instalação de luminárias em LED, visto que como foi mencionado anteriormente, segue aos mesmos padrões dos outros tipos de luminária, e não se trata do item de maior relevância do contrato.[...]"*

Eis o relatório. Segue o **parecer**.

Antes de adentrarmos no mérito, cabe tecer algumas considerações sobre alguns princípios, visto servirem de norte para o atuar administrativo.

Há os princípios expressos no caput do art. 37 da CF/88, sendo eles o da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência.

Há também os princípios específicos a serem observados pelo agente público enquanto promotor do certame licitatório.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório determina que o edital é a lei interna da licitação. O que nele estiver especificado deve ser estritamente observado pela Administração Pública e pelos licitantes, como é o caso do edital desse Pregão Presencial nº 36/2017.

Em escólio ao Princípio Da Vinculação ao Instrumento Convocatório, leciona o saudoso Carlos Pinto Coelho Mota (Eficácia nas Licitações e Contratos, 11ªed., Del Rey, Belo Horizonte, 2008):

*“Renomados autores já discorreram sobre o tema dos direitos dos licitantes à segurança do rito processual, predeterminado na lei e regulado pelo ato convocatório.[...]"*

*A lapidar afirmativa do Desembargador José Fernandes Filho consolidou-se em clássica jurisprudência:*

*Mandado de segurança – Procedimento – Licitação – Edital – Direito Líquido e certo. A licitação vem propiciar à Administração selecionar a proposta mais vantajosa e aos licitantes igual oportunidade de concorrerem. O edital, lei interna a regular o procedimento, deve conter todas as condições, bem como os critérios a serem observados no julgamento, não sendo admissível sejam os concorrentes surpreendidos com critérios dos quais não tinham conhecimento. A*



*igualdade de tratamento entre os licitantes é princípio constitucional que desatendido constitui em desvio de poder, reparável pelo Mandado de Segurança.”*

Logo, pelo Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório TODOS os licitantes participantes deste pregão presencial deverão seguir TODAS as suas regras editalícias.

Seguindo outro princípio, o Princípio da Isonomia, os licitantes que participam deste certame licitatório deverão ter o mesmo tratamento, sob pena de mácula procedimental e conseqüente anulação do mesmo.

Mas, sem descurar desses princípios já citados e tão bem observados por esta Comissão de Pregão neste certame, o princípio sobre o qual a Administração Pública deve dar especial atenção para basear e julgar o recurso e o contrarrecurso é o Princípio da Supremacia do Interesse Público. A vontade do particular não pode se sobrepor ao interesse público.

Nestes termos José dos Santos Carvalho Filho (Manual de Direito Administrativo , 26ª ed., Atlas, São Paulo, 2013, pág. 33) leciona:

*“As atividades administrativas são desenvolvidas pelo Estado para benefício da coletividade. Mesmo quando age em vista de algum interesse estatal imediato, o fim último de sua atuação deve ser voltado para o interesse público. E se, como visto, não estiver presente esse objetivo, a atuação estará inquinada de desvio de finalidade.*

*[...] Logicamente, as relações sociais vão ensejar, em determinados momentos, um conflito entre o interesse público e o interesse privado, mas, ocorrendo esse conflito, há de prevalecer o interesse público.*

*Trata-se, de fato, do primado do interesse público. O indivíduo tem que ser visto como integrante da sociedade, não podendo os seus direitos, em regra, ser equiparados aos direitos sociais.”*

Assim, ao realizar um certame licitatório a Administração sempre buscará a melhor proposta juntamente com um particular capaz.

Se preenchidos os requisitos habilitatórios, o licitante que ofertou o menor preço não pode ser preterido pelo licitante que ofertou o segundo

Jadil Souto Ferreira  
OAB/MG 89203  
Procurador Geral  
Patos de Minas - MG



menor preço, como é o caso destes autos. A supremacia do Interesse Público deve prevalecer sobre o interesse do particular.

Até mesmo porque o próprio recorrente, empresa Freitas e Moraes, muito bem assinalou no seu recurso que *“Os atos do certame licitatório são atos administrativos formais e qualquer descumprimento ou inobservância, que não se localize exclusivamente no mero formalismo, legitima o interessado tanto administrativo ou judicialmente a agir com fins no princípio da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO, presente no momento da elaboração da lei e no da sua execução em concreto pela Administração Pública.”* (grifamos)

\* Item 7.1.1 do Edital

Alega a recorrente, Freitas e Moraes, que a empresa classificada em primeiro lugar, Ecológica Ltda, descumpriu o item 7.1.1 do edital, uma vez que seus produtos ofertados não atendem a descrição retificada do edital.

Em contrarrecurso a empresa Ecológica argumenta que se trata de um erro meramente formal e que ao realizar a proposta foi feita a correção dos valores da planilha, por equívoco não alterou a nomenclatura dos itens, ficando assegurado o cumprimento da proposta, conforme previsto no edital.

Cabe reforçar o que foi argumentado pela empresa Ecológica: *“Entretanto, por um erro meramente formal, a Ecológica deixou de fazer a alteração de LED 190W para LED 18.900LM. Sendo assim, tal qual disposto na retificação acima transcrita, na proposta da ECOLÓGICA também deve ser entendido que “onde se lê LED 190W, leia-se LED 18.900lm[...]*

*A prova de que o produto ofertado pela ECOLÓGICA atende ao edital é o próprio preço da luminária, constante de sua planilha de formação de custos, que está de acordo com o preço estabelecido pela Administração Pública.*

*Trata-se, pois, de erro irrelevante, perfeitamente sanável, que não enseja qualquer nulidade do certame ou mesmo a desclassificação da proposta da recorrida.”*

Instada a se manifestar tecnicamente, a SEMOP, reafirma que a planilha apresentada pela empresa Ecológica atende ao disposto no edital.

*Anelise*



Logo, se o interesse público é a extensão/ampliação/modificação da rede de iluminação pública, a descrição do item sobre lâmpadas não tem a força necessária para anular a proposta apresentada. Seria um formalismo exacerbado da Administração anular uma proposta com valor menor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) pelo motivo alegado pela segunda colocada.

Não discrepa desse entendimento a vasta jurisprudência de nossos tribunais de justiça, senão vejamos:

**“TJ-PE - Agravo de Instrumento AG 143247 PE 0600327279 (TJ-PE)**

***Data de publicação: 24/09/2009***

***Ementa:*** CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ATO ADMINISTRATIVO. CONTROLE PELO JUDICIÁRIO. LEGALIDADE AMPLA. LICITAÇÃO. **DESCCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**. ERRO DE CÁLCULO. OFENSA À RAZOABILIDADE. 1. O controle dos atos administrativos pelo Judiciário cinge-se à apreciação da legalidade, mas não se limita à análise tão somente da legalidade estrita, de adequação do ato ao permissivo legal, antes, permeia a conformidade do ato ao ordenamento, ao regime jurídico administrativo, composto de regras, mas, essencialmente, de princípios. 2. O apontamento do valor correto a título de BDI, pela comissão de licitação, alterando reflexamente o valor global da **propostada** licitante agravada, por si só, não é capaz de gerar a exclusão desta do procedimento, vez que o novo valor encontrado não altera a posição classificatória da agravada, o que, ao menos nesse juízo de cognição sumária, parece ser argumento válido a considerar verossímil a alegação de mero erro de digitação nos cálculos do BDI, ou seja, erro material passível de correção. 3. *Agravo de instrumento improvido unanimemente.*”

**TRF-4 - APELAÇÃO CÍVEL AC 41616 RS 2003.04.01.041616-0 (TRF-4)**

***Data de publicação: 31/05/2006***

***Ementa:*** ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. NULIDADE DE JULGAMENTO. - Não é razoável a **desclassificação** da **proposta** mais **vantajosa** para a Administração Pública na hipótese de meros equívocos formais. - A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a **proposta** mais **vantajosa** seja encontrada em um universo mais amplo.

Jadir Souto Perreira  
OAB/MG 88203  
Procurador Geral  
Patos de Minas - MG





TJ-MA - Não Informada 62002012 MA (TJ-MA)

**Data de publicação:** 19/04/2012

**Ementa:** AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. **DESCCLASSIFICAÇÃO.** RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. INTERESSE PÚBLICO. **PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.** REGIMENTAL PROVIDO. I - Demonstrado no agravo regimental elementos que evidenciam a ausência dos requisitos para o deferimento da liminar em ação de mandado de segurança deve este ser provido. II - A **desclassificação** de concorrente de licitação que apresenta menor preço com base na análise pontual de item de edital evidencia ofensa ao interesse público de buscar a **proposta mais vantajosa**. III - As regras editalícias devem ser analisadas de modo sistemático a fim de buscar a finalidade da lei e evitar o excesso de formalismo."

Ademais, a SEMOP fez juntar um catálogo do produto ofertado pela empresa Ecológica para demonstrar que o produto ofertado atende ao disposto no edital.

Quanto ao argumento de que as empresas Ultraenergia Ltda e Transvias Ltda teriam que ter o mesmo tratamento dado à licitante Ecológica, cabe citar trecho da análise técnica da SEMOP para espancar qualquer dúvida: "No que a empresa FREITAS E MORAIS CONSTRUTORA LTDA EPP alega que o município desclassificou outras empresas "por motivos menores", afirmamos que esta informação está novamente equivocada, pois os erros apresentados nas propostas das empresas ULTRA ENERGIA e TRASVIAS afetavam diretamente o preço unitário dos itens, ou seja, o item 1.11.1 (valendo 0.99UR) estava superfaturado, enquanto o item 1.11.2 (valendo 0.92UR) estava subfaturado. Sendo assim podemos entender que estas licitantes estavam elevando o preço do item que acreditam que será mais utilizado, enquanto abaixando o preço de um item que será pouco utilizado para manter o equilíbrio no preço final."

E mais, o fato é alheio ao objeto do recurso, não carecendo de apreciação.

Logo, com fulcro na análise técnica da SEMOP e decisões judiciais supra transcritas, opina, neste ponto, esta PGM, pela improcedência das alegações da recorrente, empresa Freitas e Morais.



\*Item 8.2.2, alínea "m" e realização de diligência

Pugna a recorrente pela inabilitação da empresa Ecológica argumentando que ela não foi capaz de apresentar um atestado compatível com o exigido no subitem 8.2.2, alínea "m".

A experiência anterior apresentada pelo licitante deve guardar simetria em "*características, quantidades e prazos*" com o objeto da licitação. Características do objeto licitado são suas especificidades, suas nuances mais importantes. Quantidade refere-se ao volume do objeto licitado. E prazo diz respeito ao tempo de duração da obra.

A soma destes três elementos gera maior segurança e garantia necessária à comprovação de capacidade técnica. O interesse coletivo exige que sejam celebrados contratos com empresas capazes e já experimentadas, haja vista que o gestor público deve administrar o erário com responsabilidade, com eficiência e economicidade. Contudo, não pode exigir dos licitantes mais do que a lei 8.666/93 determina, como é o caso destes autos.

Nestes termos o TCU:

*"É importante ter em mente que a finalidade da norma é assegurar que a licitante a ser contratada pela Administração Pública tenha plena capacidade técnica e operacional para executar o objeto do certame, o que deve ser comprovado por meio de atestados.(...)"*

*Observo que a depender da complexidade de cada licitação, sempre existirão peculiaridades técnicas individualizadas de maior ou menor relevância, que poderão não constar de forma exaustiva nos atestados relativos a execuções de objetos bastante similares, o que não significa incapacidade da empresa executora.*

*Assim sendo, se o escopo maior é atendido, não há razão para desclassificar licitante que deixe de contemplar em seu atestado algum vocábulo técnico insculpido no edital, no termo de referência ou no projeto básico. O que enseja a desclassificação e o não atendimento de fato aos requisitos editalícios. Interpretação diversa fragilizaria o processo licitatório, possibilitando a inserção nos editais de expressões técnicas que representem uma verdadeira corrida de obstáculos, de modo a permitir o direcionamento das licitações, contrariamente o interesse público.*  
**Acórdão 1899/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)**

Jadir Souto Ferreira  
OAB/MG 89203  
Procurador Geral  
Patos de Minas - MG



*A palavra atestados, citada no § 1º do art. 30, da Lei nº 8.666/1993, encontra-se no plural porque o licitante tem a liberdade de apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar sua aptidão, ou seja, examina-se a aptidão do licitante para executar objeto semelhante ao licitado, e não quantas vezes já executou objetos semelhantes. Acórdão 3157/2004 Primeira Câmara”*

No caso e repetidamente, a recorrente Freitas e Moraes alega que os atestados apresentados pela licitante Ecológica não atendem ao edital, nos subitens 2.1; 2.3.4; 2.4.4 e 2.5.4 da Planilha. Em que pese o zelo demonstrado pela recorrente, esses itens referem-se, basicamente, a instalação de lâmpadas LED e o objeto licitado é bem maior e complexo que somente esses itens.

Já dito anteriormente, também ocorre que os atestados apresentados foram analisados e aprovados pela SEMOP não somente uma, mas duas vezes pela SEMOP, face a licitação e o respectivo recurso.

Inclusive cabe reiterar a análise da SEMOP: “[...] Outra questão que foi levada em consideração é o fato de que os atestados devem corresponder, primordialmente, ao item de maior relevância do contrato, que se for considerar como sendo o item de maior valor percentual no contrato, será a extensão e modificação de rede de distribuição de energia elétrica urbana e rural, e iluminação pública, o item da iluminação em LED corresponde a apenas 17% do total do contrato. Independente se a luminária é em LED ou vapor de sódio, a instalação segue as mesmas normas e os mesmos padrões de segurança.[...] DA DILIGÊNCIA DO ATESTADO Como foi registrado na Ata do dia 16 de Agosto de 2017, “o Eng. Arceu S. Cordeiro de Campos não considerou, em sua análise, o atestado de capacidade técnica questionado pela empresa FREITAS E MORAIS CONSTRUTORA LTDA EPP”. Mesmo antes da empresa FREITAS E MORAIS CONSTRUTORA LTDA EPP anunciar que o atestado não estava validado, eu, Eng. Eletricista Arceu S. Cordeiro de Campos, desconsidereei o referido atestado pelo mesmo não estar registrado no órgão competente. Mesmo assim através da análise dos outros atestados apresentados pela empresa ECOLÓGICA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, considera-se que todos os itens de maior relevância do objeto da licitação foram atendidos. Portanto não há motivo para desclassificar a empresa ECOLÓGICA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA por não apresentar atestado de instalação de luminárias em LED, visto que como foi mencionado anteriormente, segue aos mesmos padrões dos outros tipos de luminária, e não se trata do item de maior relevância do contrato.”



E não é só. Uma vez mais cabe trazer posicionamento do TCU acerca da exigência de quantitativo mínimo em atestado técnico profissional.

*“Abstenha-se de exigir quantitativos mínimos de serviços nos atestados técnico-profissionais, para fins de qualificação técnico-profissional, ante a expressa vedação do art. 30, §1º, inciso I, in fine, da Lei nº 8.666/1993. Abstenha-se de vedar o somatório de atestados para fins de qualificação técnica dos licitantes, nos casos em que a aptidão técnica das empresas puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado. Acórdão 2882/2008 Plenário”*

Quanto ao fato da Certificação do INMETRO das luminárias, uma vez mais falece razão ao recorrente, pois se o edital deste Pregão exige que o objeto licitado siga as normas da ABNT/NBR/CEMIG e a certificação do INMETRO é elaborada conforme as normas da ABNT previamente estabelecidas, ou seja, as normas da ABNT precedem a certificação das luminárias pelo INMETRO.

Tanto é assim que a recorrente junta ao seu recurso orientação do Ministério Público/MG que diz expressamente(fls. 761): *“Portanto, se as administrações públicas municipais não mencionam em seus editais o regime obrigatório das normas da ABNT para aquisição de luminárias voltadas à iluminação pública, haverá afronta ao Princípio da Legalidade.”*

Ora, vê-se, portanto que o edital deste Pregão Presencial 36/2017 seguiu perfeitamente o figurino jurídico.

Quanto à realização da diligência para comprovação do atestado fornecido pelo próprio município pelo fato do mesmo não ter CAT há que ser ressaltado que o mesmo **não** serviu para atestar a capacidade técnica da empresa Ecológica, conforme está expresso na ata de fls. 691/692, tornando-se despiendo tecer maiores comentários.

Logo, com fulcro na análise técnica da SEMOP, opina, neste ponto, esta PGM, pela improcedência das alegações da recorrente, empresa Freitas e Morais.

  
Jadir Souto Ferreira  
OAB/MG 89203  
Procurador Geral  
Patos de Minas - MG



852

\*Violação dos Princípios Constitucionais

Alega a recorrente que a Comissão de Pregão, ao considerar habilitada a empresa Ecológica, estará descumprindo a CF/88 e legislação correlata.

Há que ser destacado que neste Pregão Presencial houve a participação de onze empresas, o que vem reforçar a legalidade do edital, do procedimento licitatório e a ampla competitividade que este certame tem alcançado.

Ora, o art. 3º da Lei 8.666/93 é expresso ao determinar três pilares básicos que a licitação deve se assentar: a isonomia no tratamento dos licitantes, a busca da proposta mais vantajosa e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável:

*"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (grifamos)*

O edital não possui cláusulas restritivas ou ilegais e a economia que este certame gerará só vem reforçar o sucesso/legalidade deste registro de preços.

Nestes termos o TCU:

*"É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames. **Acórdão 539/2007 Plenário (Sumário)***

*Devem ser evitadas exigências que comprometam o caráter competitivo da licitação. A licitação deve ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos. **Acórdão 112/2007 Plenário (Sumário)***

*As exigências editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. **Acórdão 110/2007 Plenário (Sumário)**"*

*André*



**De um valor total estimado inicialmente de R\$11.316.793,27, após os lances do pregão, a empresa vencedora Ecológica ofertou o menor preço de R\$6.700.000,00 e a recorrente, Freitas e Moraes, segunda colocada, R\$6.750.000,00.**

**Portanto, uma diferença mínima de R\$ 50.000,00 entre o melhor lance e o segundo colocado, representando uma diferença de 0,74%!**

**Por fim, cabe reiterar que o objeto licitado é a contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia elétrica, para construção de extensão, ampliação e modificação de redes de iluminação pública e não somente qual o tipo de lâmpada que será usada, como é o foco principal do recurso da recorrente.**

Assim, com fulcro na análise técnica da SEMOP, nas referidas decisões judiciais e da corte de contas federal, nos Princípios supra transcritos e na melhor doutrina, opina a PGM pelo não provimento do recurso interposto pela empresa Freitas e Moraes Construtora Ltda-EPP e conseqüente acolhimento do contrarrecurso da empresa Ecológica Serviços e Empreendimentos Ltda e manutenção de sua habilitação.

É, s.m.j., o parecer.

Patos de Minas-MG, 05 de setembro de 2017.

*André L. C. M. Wilson*

André Luiz Costa Martins Wilson  
Advogado  
OAB-MG 04757

*Jadir Souto Ferreira*  
Jadir Souto Ferreira  
OAB/MG 89203  
Procurador Geral  
Patos de Minas - MG

*Recabi 11/09/2017*  
*Freitas*  
*Bequeria*